

Ao

**MAPA - MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO**

Endereço: Esplanada dos Ministérios, Bloco D, Edifício Anexo – 02º andar – Ala B, Sala 207-B  
CEP: 70043-900 – Brasília (DF)

**A/C: Ilmo. Sr. Pregoeiro**

*Ref.: Edital de Licitação PE nº 001/2022 – Processo nº 21000.052830/2020-44*

**Assunto: IMPUGNAÇÃO AO EDITAL COM PEDIDO ALTERNATIVO DE ESCLARECIMENTOS**

**ON-HIGHWAY BRASIL LTDA.**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 36.519.422/0001-15, com sua sede estabelecida no Município de Sete Lagoas, Estado de Minas Gerais, na Rodovia MG 238, S/Nº, KM 73,5, Bloco II, Sala ON-IVECO, Distrito Industrial Norte (CEP: 35703-138, na condição de interessada, por seu representante legal, vem, através deste, **APRESENTAR SUA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL COM PEDIDO ALTERNATIVO DE ESCLARECIMENTOS**, o que faz nos seguintes termos:

## **1. DA TEMPESTIVIDADE DA MEDIDA**

---

**1.1.** A licitação em epígrafe tem sua Sessão Eletrônica agendada para o dia 15 de março de 2022, conforme preâmbulo do Edital. Sendo assim, na forma da cláusula 24 do Edital, a impugnação e pedido de esclarecimentos poderão ser apresentados até 03 (três) dias úteis antes da data designada para a abertura da sessão, vejamos:

*“24.1. Até 03 (três) dias úteis antes da data designada para a abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar este Edital.*

*(...)*

*24.5. Os pedidos de esclarecimentos referentes a este processo licitatório deverão ser enviados ao Pregoeiro, até 03 (três) dias úteis anteriores à data designada para abertura da sessão pública, exclusivamente por meio eletrônico via internet, no endereço indicado no Edital.”*

**1.2.** Logo, tem-se que o prazo final para impugnar e solicitar esclarecimentos ao Edital será 10/03/2022, portanto, deve ser considerada tempestiva a vertente manifestação.

## **2. DA IMPUGNAÇÃO QUANTO AO PRAZO DE ENTREGA**

---

**2.1.** O Termo de referência estabelece o prazo de 90 (noventa) dias corridos para entrega, vejamos:

*“5.1. O prazo de entrega dos bens é de 90 (noventa) dias corridos, contados da emissão da Ordem de Fornecimento, em remessa única, em endereço disponibilizado na Ordem de Fornecimento.”*

**2.2.** Vale ressaltar que o prazo de entrega é o mesmo para a totalidade dos itens indicados no termo de referência, dos quais destacamos o *Caminhão Basculante Truck 6x2* (item 1) e *Caminhão Pipa Truck 6x2* (item 2) e exige ainda que os veículos sejam fabricados no mesmo ano da solicitação.

**2.3.** Com a devida *vênia* a todo o planejamento realizado e aos termos do Edital, o prazo estabelecido não pode prosperar, visto que limita a competitividade e frustra o próprio escopo do processo licitatório, processo intimamente relacionado ao planejamento dos gastos públicos e ao controle de contas.

**2.4.** O período indicado é insuficiente para realizar a entrega dos veículos, pois, o tempo de montagem final do veículo e envio ao contratante ultrapassa o período descrito no certame, bem como o objeto mencionado exige certa complexidade em sua fabricação, ou seja, por conta de ser veículo de grande porte e que deve ser fabricado no mesmo ano da solicitação. Além disso, não podemos deixar de mencionar o período de transporte que varia de acordo com a contratante, ressaltando-se que o Edital é de nível nacional.

**2.5.** Outrossim, tais condições restritivas da competitividade acabam por provocar, mesmo que indiretamente, uma majoração nos valores das propostas a serem apresentadas, considerando que as empresas que atuam no segmento possuem conhecimento de quais são seus possíveis concorrentes para a entrega nos moldes, exigências e prazos estabelecidos, tendo ciência de que serão poucos e quais os valores por eles praticados.

**2.6.** Não se pode perder de vista ainda que o momento atual que vivemos é de total incerteza com constantes crises econômicas, seja por questões sanitárias (pandemia COVID) ou humanitárias (guerras, ect), portanto, com a devida *vênia*, a manutenção de um prazo tão exíguo (90 dias corridos) poderá inviabilizar a participação de diversas empresas que estão suscetíveis à serem afetadas por essas questões.

**2.7.** Nesse sentido, salientamos que o intuito é a de atender da melhor forma a Administração, e lhe ofertar veículos propícios para suas consecuições, solicitando um maior prazo observando esta Administração aos princípios da razoabilidade/proporcionalidade e o princípio da finalidade.

**2.8.** Entretanto, inobstante reconhecido esmero de todos os servidores desse órgão licitante, é evidente que a exigência contida no edital representa óbice à participação de muitos concorrentes com proposta vantajosa à Administração, o que atenta contra a exigência legal de preservação do caráter competitivo do procedimento licitatório, positivado no Art. 3º, § 1º, inciso I da Lei 8.666/93, descrita abaixo:

*“Art. 3º A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita*

*conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos.*

*§ 1º É vedado aos agentes públicos:*

*I - admitir, prever, incluir ou tolerar, nos atos de convocação, cláusulas ou condições que comprometam, restrinjam ou frustrem o seu caráter competitivo, inclusive nos casos de sociedades cooperativas, e estabeleçam preferências ou distinções em razão da naturalidade, da sede ou domicílio dos licitantes ou de qualquer outra circunstância impertinente ou irrelevante para o específico objeto do contrato, ressalvado o disposto nos §§ 5º a 12 deste artigo e no art. 3º da Lei no 8.248, de 23 de outubro de 1991.”*

**2.9.** Nesse sentido, é importante a lição de Maria Sylvia Zanella Di Pietro:

*“No §1º, inciso I, do mesmo artigo 3º, está implícito outro princípio da licitação, que é o da competitividade decorrente do princípio da isonomia: é vedado aos agentes públicos 'admitir, prever, incluir ou tolerar, nos atos de convocação, cláusulas ou condições que comprometam, restrinjam ou frustrem o seu caráter competitivo e estabeleçam preferências ou distinções em razão da naturalidade, da sede ou domicílio dos licitantes ou de qualquer outra circunstância impertinente ou irrelevante para o específico objeto do contrato.”*

**2.10.** A flexibilização no prazo para entrega dos equipamentos viabiliza a participação de várias empresas que possuem condição de fornecer o objeto descrito no certame com a mesma ou melhor qualidade e preços mais acessíveis para a Administração, mas que necessitam de um prazo maior para entregar os veículos, aliás, conforme ensina Hely Lopes Meirelles (Direito Administrativo Brasileiro, 28ª ed., Malheiros, p. 264), “ o descumprimento dos princípios caracteriza o instituto da licitação e, principalmente, o resultado seletivo na busca da melhor proposta para o poder público”.

**2.11.** Como é cediço, o objetivo da licitação é possibilitar a participação do maior número de licitantes de todo território nacional como forma de fomentar a competitividade, na busca da proposta mais vantajosa para a Administração. Dessa forma, o edital deve estabelecer um prazo razoável para a entrega dos veículos licitados como forma de serem respeitados os princípios supramencionados.

**2.12.** Nestes termos, a impugnante objetiva que o prazo para entrega **seja dilatado para 180 (cento e oitenta) dias e, caso não seja atendida, solicitamos que este ilustríssimo Pregoeiro, ao menos, considere que o prazo mínimo de 150 (cento e cinquenta) dias ou eventual outro superior aos 90 (noventa) dias originários.**

**2.13.** Imperioso esclarecer que o prazo ora indicado pela impugnante não é fantasioso e simplesmente inventado, mas tem como base outros certames para fornecimento de itens semelhantes ao deste Edital.

**2.14.** Como por exemplo, **o Pregão Eletrônico 09/2021 (Processo nº 202117647003078) da SEAPA/GO (SECRETARIA DE ESTADO DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO) recentemente realizado e que havia estabelecido o prazo de 180 (cento e oitenta)**

**dias para fornecimento de um “Caminhão Pipa”, ou seja, objeto semelhante ao item 2 do Edital ora impugnado.**

**2.15.** Diante de todo exposto, o provimento da presente impugnação é medida que se faz necessária, para que esse órgão licitante altere o prazo de entrega dos veículos passando de 90 (noventa dias) corridos para 180 (cento e oitenta) dias corridos ou alternativamente para 150 (cento e cinquenta) dias corridos, com o propósito de que a aquisição seja satisfatória, e bem-sucedida, adquirindo veículos de qualidade com custo adequado, bem como alcançar a proposta mais vantajosa, além de possibilitar a participação de mais empresas.

### **3. DO PONTO NECESSÁRIO DE ESCLARECIMENTO – CASO NÃO ACOLHIDA A IMPUGNAÇÃO APRESENTADA**

---

#### **3.1. SOBRE O PRAZO DE ENTREGA E POSSIBILIDADE DE DILAÇÃO**

O item 5 do Termo de Referência traz o seguinte quanto ao prazo de entrega :

*“5.1. O prazo de entrega dos bens é de 90 (noventa) dias corridos, contados da emissão da Ordem de Fornecimento, em remessa única, em endereço disponibilizado na Ordem de Fornecimento.*

*5.2. O prazo acima pode ser prorrogado, por até 30 (trinta) dias corridos, sob solicitação formal do fornecedor, no prazo de 45 (quarenta e cinco) dias corridos da Emissão da Ordem de Fornecimento.*

Diante dessa previsão necessário os seguintes esclarecimentos:

- a) Se apresentada solicitação formal do fornecedor dentro do prazo estabelecido no item 5.2., a prorrogação do prazo de entrega por mais 30 (trinta) dias será automática ou dependerá de autorização formal da contratante?

### **4. DO PEDIDO**

---

**4.1.** Por todo o exposto, requer seja acolhida a impugnação ora apresentada para que:

- a) O prazo de entrega estabelecido na cláusula 5 do Termo de Referência seja alterado para 180 (cento e oitenta) dias;
- b) Alternativamente ao pedido de item ‘a’, que o prazo de entrega seja alterado para 150 (cento e cinquenta) dias ou eventual outro superior aos 90 (noventa) dias originários.

**4.2.** Caso não acolhida a impugnação ora ofertada, que seja prestado esclarecimento ao tema posto em linhas pregressas.

São Paulo/SP, 10 de março de 2022.

---

**ON-HIGHWAY BRASIL LTDA.**

CNPJ nº 36.519.422/0001-15

George Ricardo Carloto

Gerente de vendas

RG nº 90.565.803-11 SSP/RS

CPF nº 678.430.260-53

.